



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
3ª Vara Federal de Caxias do Sul

Rua Dr. Montauray, 241, 5º Andar - Bairro: Madureira - CEP: 95020-190 - Fone: (54) 3290-3237 - <http://www.jfrs.jus.br> - Email: rscax03@jfrs.jus.br

PROCEDIMENTO COMUM Nº 5005012-37.2024.4.04.7107/RS

AUTOR: MAURA PADOVANI

RÉU: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

DESPACHO/DECISÃO

1. Defiro o benefício de gratuidade da justiça.

2. Acolho o pedido de atribuição de sigilo aos documentos anexados ao processo com informações pessoais, bem como aqueles que parte autora entender pertinentes no curso do processo.

3. Trata-se de ação ajuizada por MAURA PADOVANI em face da UNIÃO em que objetiva, inclusive liminarmente, o fornecimento do medicamento USTEQUINUMABE (STELARA®), na posologia: 1) uma dose inicial de ataque (03 ampolas de 130mg), e 2) 01 ampola de 90mg a cada 12 semanas, indispensável ao tratamento da patologia de que é portadora, DOENÇA DE CROHN (CID-K50.0).

É o sucinto relatório.

Intime-se a autora para, no prazo de quinze dias:

a) apresentar três orçamentos atualizados do medicamento vindicado, adequando, se for o caso, o valor da causa, e

b) comprovar o acometimento de patologia a ensejar a concessão do benefício de prioridade de tramitação, requerido nos termos do art. 1.048, I, do CPC.

4. Sem prejuízo, determino, desde já, previamente à análise do pedido de antecipação dos efeitos do provimento final, a realização de avaliação técnica na forma da Súmula nº 101 do TRF da 4ª Região e Enunciado nº 18 da Jornada de Direito da Saúde do CNJ, que assim dispõem:

Súmula 101 - “Para o deferimento judicial de prestações de saúde não inseridas em um protocolo pré-estabelecido, não basta a prescrição do médico assistente, fazendo-se necessária a produção de provas atestando a adequação e a necessidade do pedido”.

Enunciado 18 - “Sempre que possível, as decisões liminares sobre saúde devem ser precedidas de notas de evidência científica emitidas por Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário - NatJus e/ou consulta do banco de dados pertinente. (Redação dada pela III Jornada de Direito da Saúde do CNJ – 18/03/2019)”.

Nesse contexto, determino que a avaliação seja realizada pelo TelessaúdeRS na condição de NAT-jus/JFRS (Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário Federal do RS, na forma da Resolução nº 388/21 do CNJ, e conforme SEI nº 0002443-22.2023.4.04.8001 e TED nº 70/22), considerando, em princípio, a documentação médica apresentada, os dados aos quais tiver eventualmente acesso em razão dos atendimentos realizados no âmbito do SUS pelo(a) paciente, e os dados que pode solicitar diretamente ao médico assistente da parte autora (art. 473, § 3º, do CPC). Havendo eventual recusa do médico assistente em prestar as informações, o Telessaúde comunicará ao juízo para apreciação. Deverá o órgão técnico esclarecer, ainda, se houver necessidade do exame clínico da parte autora para a conclusão da análise.

Requisite-se a produção da prova, que deverá ser anexada aos autos no prazo máximo de 10 dias.

Após, venham conclusos os autos para decisão.

Documento eletrônico assinado por **RAFAEL FARINATTI AYMONE, Juiz Federal Substituto**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **710019914904v2** e do código CRC **5bd29769**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): RAFAEL FARINATTI AYMONE
Data e Hora: 28/5/2024, às 15:42:4

5005012-37.2024.4.04.7107

710019914904.V2

